



Experiências participativas no planejamento e gestão urbana: uma revisão sistemática¹

Maressa Correa Pereira Mendes¹ Maria Solange Gurgel de Castro Fontes² Renata Cardoso Magagnin³

¹Especialista em Administração Pública. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bauru, SP – Brasil
maressa.mendes@unesp.br

²Pós-doutorado. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bauru, SP – Brasil
solange.fontes@unesp.br

³Doutorado em Engenharia de Transporte. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bauru, SP – Brasil.
renata.magagnin@unesp.br

Cite como
American Psychological Association (APA)

Mendes, M. C. P. Fontes, M. S. G. C., & Magagnin, R. C. Experiências participativas no planejamento e gestão urbana: uma revisão sistemática. *Rev. Gest. Ambient. e Sust. - GeAS*, 10(1), 1-19, e19346.
<https://doi.org/10.5585/geas.v10i1.19346>.

Resumo

A democratização das discussões acerca do planejamento e gestão urbana é um processo relativamente recente e está fundamentado nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e na Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); consolidou os Planos Diretores como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios e tornou obrigatória a participação popular na sua elaboração e implementação.

Objetivo: Compreender como ocorreram as experiências participativas nos processos de revisão de Planos Diretores de diferentes municípios brasileiros mediante a obrigatoriedade estabelecida pela Lei 10.257/2001.

Metodologia: O procedimento metodológico: revisão sistemática de trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, coleta de dados relativos aos processos participativos, sistematização e análise dos resultados.

Resultados: A revisão permitiu identificar: (1) as principais características das pesquisas quanto sua estrutura, área de conhecimento e palavras-chaves; (2) os instrumentos de gestão democrática previstos na legislação urbanística e as respectivas ferramentas participativas propostas pelo Ministério das Cidades e adotados pelos municípios avaliados; (3) as principais dificuldades enfrentadas, bem como os avanços e as potencialidades da inclusão da participação no planejamento e gestão urbana.

Discussão: A pesquisa demonstrou que a adoção dos instrumentos de gestão democrática e das ferramentas participativas, em grande parte dos Municípios estudados, não permite afirmar que os processos participativos foram efetivos em função das situações que os enfraqueceram. Por outro lado, foram identificados avanços e potencialidades a serem consolidados.

Palavras-chave: Participação. Planejamento Urbano. Gestão Urbana. Plano Diretor. Municípios brasileiros.

Participatory experiences in urban planning and management: a systematic review

Abstract

The democratization of discussions about urban planning and management is a relatively recent process. It is based on the articles 182 and 183 of the 1988 Brazilian Federal Constitution and Law 10,257/2001 (City Statute), which consolidated the Master Plans as a basic instrument of the developmental policy and urban expansion of municipalities and made popular participation mandatory during its design and implementation.

¹ Artigo publicado no IV SiBOGU – Simpósio Brasileiro Online de Gestão Urbana.





Objective: To understand how the participatory experiences were during the Master Plans revision process in different Brazilian municipalities in consequence the obligatoriness established by Law 10.257/2001.

Methodology: The methodologic procedure was a systematic review of academic researches (theses and dissertations) on Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations – BDTD, data collected from participatory proceeding, systematization, and analysis of the results.

Results: The review identified: (1) the main characteristics of the researches in terms of their structure, area of knowledge, keywords, (2) the instruments of democratic management provided for the urban legislation and the respective participatory tools proposed by the Ministry of Cities and adopted by the evaluated municipalities, and (3) the main difficulties faced, as well as the advances and potentialities of including participation in urban planning and management.

Discussion: This research found out that the adoption of the instruments of democratic management, as well as the participatory tools, for a large number of studied municipalities do not support establishing that the participatory processes were effective, as a consequence of events that weakened them. Nevertheless, advances and potentialities to be consolidated were detected.

Keywords: Participation. Urban planning. Urban management. Masterplan. Brazilian municipalities.

Experiencias participativas en planificación y gestión urbana: una revisión sistemática

Resumen

La democratización de las discusiones sobre planificación y gestión urbana es un proceso relativamente reciente y se basa en los artículos 182 y 183 de la Constitución Federal de 1988 y la Ley 10.257 / 2001 (Estatuto de la Ciudad), que consolidó los Planes Maestros como un instrumento básico de política de desarrollo y urbanismo. expansión de los municipios y obligó a la participación popular en su diseño e implementación.

Objetivo: Entender cómo se produjeron las experiencias participativas en los procesos de revisión de los Planes Maestros de los diferentes municipios brasileños a través de la obligación establecida por la Ley 10.257/2001.

Metodología: El procedimiento metodológico fue una revisión sistemática de los trabajos académicos (tesis y tesis) en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones - BDTD, recopilación de datos relacionados con procesos participativos, sistematización y análisis de resultados.

Resultados: La revisión permitió identificar: (1) las principales características de las investigaciones relativas a su estructura, área de conocimiento, palabras clave, (2) los instrumentos de gestión democrática previstos en la legislación urbana y los respectivos instrumentos participativos propuestos por el Ministerio de Ciudades y adoptados por los municipios evaluados, y (3) las principales dificultades a las que se enfrentan, así como los avances y potencialidades de la inclusión de la participación en la planificación urbana.

Discusión: La investigación demostró que la adopción de los instrumentos de gestión democrática previstos en la legislación y los instrumentos participativos propuestos por el Ministerio de Ciudades por la mayoría de los municipios estudiados, no nos permite afirmar que los procesos participativos fueron efectivos, debido a situaciones que los debilitaron. Por otro lado, se identificaron los avances y potencialidades que debían consolidarse.

Palabras clave: Participación. Planificación Urbana. Gestión Urbana. Plan de Ordenación Urbana. Municipios brasileños.

Introdução

Criado em 1985, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, formado por diferentes grupos ligados à temática, alavancou o contexto da participação popular no processo Constituinte de 1988 (Júnior & Uzzo, 2010). A publicação da Constituição Federal de 88, com a inserção de um capítulo específico voltado à Política Urbana e sua regulamentação, Lei nº



10.257/2001 (Estatuto da Cidade), proporcionaram às cidades um conjunto inovador de instrumentos de planejamento e gestão do território, além de afirmar o ideário da participação direta da população nos processos decisórios (Júnior & Rolnik, 2001).

O Estatuto da Cidade consolidou o Plano Diretor como instrumento básico da política urbana dos municípios (Silva, 2014) e tornou obrigatória a democratização de sua elaboração, revisão e implementação materializada “*em diversas expressões e dispositivos, tais como formatos participativos de formulação de Planos Diretores, audiências públicas, conselhos gestores, plebiscitos, etc.*” (Goulart, Terzi & Otero, 2017, p. 96).

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003 e do Conselho das Cidades em 2004, diversas ações foram desenvolvidas para orientar os processos participativos de elaboração ou revisão de planos diretores (Perioto, 2016). Através de publicações como o “Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadão” (Brasil, 2005b) e a Resolução nº 25/2005 do Conselho das Cidades, o Ministério das Cidades propôs metodologia participativa para as etapas de elaboração ou revisão de Planos Diretores, que aplicada em conjunto com os instrumentos do Estatuto da Cidade induziria a formatação de processos participativos coerentes com a diversidade e realidade dos territórios; além da capacitação dos atores sociais, o compartilhamento da coordenação, a transparência e a publicidade das discussões (Perioto, 2016).

O Plano Diretor, então denominado “Participativo”, foi objeto da campanha nacional do Ministério das Cidades que promoveu o debate sobre “a cidade que temos e a cidade que queremos” (Maricato, 2012) com base na Resolução nº 15/2004 do Conselho das Cidades que previa no inciso II do artigo 4º a estruturação de núcleos mobilizadores estaduais e regionais; art. 5º recomendação ao Ministério das Cidades de prestar apoio material às atividades destes núcleos mobilizadores na promoção dos PDP’s (Brasil, 2004). Segundo dados do Ministério das Cidades, em 2006, aproximadamente 30% dos municípios brasileiros deveriam rever seus planos com o objetivo de cumprir a Lei 10.257/2001 (Abib, 2009), cuja obrigatoriedade inicial era datada de outubro de 2006, o que originou o início de diversos processos participativos no Brasil. Este prazo foi alterado pela Lei nº 11.673/2008, que definiu como nova data 30 de junho de 2008 (Brasil, 2001a).

Segundo Goulart et al. (2017), expressivos dados quantitativos demandam análise qualitativa quanto aos respectivos processos decisórios, cuja efetividade se tornou assunto de pauta. Gaspar (2016) aponta que, anos após a redemocratização do país, é notável a existência de estudos e avaliações das mais variadas iniciativas participativas em processos de elaboração e implementação de políticas públicas em diferentes regiões do Brasil, envolvendo variadas áreas de conhecimento. Assim, investigar o universo de discussões sobre o tema, proceder a leitura de distintos processos participativos e de seus resultados, como se propõe a presente revisão sistemática, possibilita maior compreensão da





institucionalização da participação no planejamento e gestão urbana e seus desdobramentos, além da identificação de lacunas que indiquem novas hipóteses e novas investigações (Kitchenham, 2004).

Objetivo

Este artigo apresenta o estado da arte sobre o tema “participação popular nos planos diretores do Brasil”, com o intuito de compreender como ocorreu as experiências participativas em diferentes municípios brasileiros mediante a obrigatoriedade estabelecida pela Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); identificar a estrutura participativa adotada, bem como as dificuldades, os avanços e as potencialidades dos processos participativos.

Metodologia

A partir dos trabalhos de revisão sistemática desenvolvidos por Kitchenham (2004), Muianga, Granja & Ruiz (2015) e Gough, Thomas & Oliver (2012) adotou-se um protocolo de revisão e seleção dos trabalhos acadêmicos através da incorporação de 3 etapas: (1) identificação de base de dados eletrônicas e definição dos critérios de busca, (2) definição dos parâmetros para análise e coleta de dados, e (3) análise e síntese dos resultados.

Na etapa 1 foi definida como plataforma de busca a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, pois, o foco da discussão se refere às experiências participativas dos municípios brasileiros. As palavras-chave utilizadas foram “plano diretor e participação”, abrangendo o objeto de estudo e a ênfase da investigação, as experiências participativas. A triagem selecionou estudos com as seguintes características: (a) elaborados entre os anos de 2009 e 2019, posteriores ao último prazo previsto no Estatuto da Cidade para a publicação do plano diretor, (b) relacionados à elaboração/revisão de planos diretores participativos, e (c) que avaliaram experiências participativas com base na Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) (Tabela 1).

A partir da leitura dos títulos e resumos dos 276 trabalhos resultantes da aplicação dos dados de entrada (Tabela 1), considera-se os critérios de seleção (a) e (b) e destaca-se pesquisas sobre planejamento urbano não relacionadas ao tema participação, estudos que contemplava a elaboração ou revisão de planos diretores ocorridas antes de 2001 e estudos que tratavam de participação popular em outras áreas, como educação e saúde. Os 50 trabalhos selecionados (Tabela 1) foram categorizados em dois grupos, estudos de: (I) Elaboração/revisão de Plano Diretor Participativo (PDP) – 36, e (II) Planejamento urbano sob a ótica participativa – 14, distribuídos entre teses e dissertações.



Tabela 1 – Resultado do processo de busca na BDTD

Processo de busca		
Plataforma		Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
Dados de entrada	Palavras - chave	Plano Diretor e Participação
	critério (a) período do ano de defesa	2009 - 2019
	Filtros	-
<i>Resultado (trabalhos acadêmicos)</i>		276
Triagem	Leitura de títulos e resumos	
	critério (b) (assunto)	54
	critério (c) (embasamento legal)	51
	Disponibilidade	50
<i>Resultado final (trabalhos acadêmicos)</i>		50

Fonte: Elaboração própria (2020).

Na etapa 2 foram definidos os parâmetros a serem coletados em duas partes. Inicialmente, a partir da caracterização geral dos grupos (I) e (II), com identificação do: tipo do trabalho (tese ou dissertação), área do conhecimento e palavras-chave. Em seguida, a coleta nos trabalhos do grupo I a partir da caracterização como estudo de caso, da identificação do município estudado e sua classificação no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], do período da elaboração/revisão do PDP e dos principais resultados. Os estudos do grupo I também foram classificados segundo a avaliação de: (1) Elaboração/revisão de PDP, (2) Elaboração/revisão de PDP associado à participação na gestão municipal, e (3) Elaboração/revisão e aplicação do PDP. Ressalta-se que o presente artigo enfatizará os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados nos trabalhos do grupo I - “Elaboração/revisão de Plano Diretor Participativo”.

A definição dos parâmetros participativos identificados nos trabalhos do grupo I teve como referência os instrumentos de gestão democrática do art. 43 da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a metodologia participativa do Ministério das Cidades prevista na Resolução 25/2005 do Conselho das Cidades e na publicação “Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadão” (Brasil, 2005b), sendo: Estatuto da Cidade - Órgãos Colegiados, Audiências Públicas, Conferência Municipal e Iniciativa Popular de Projeto de Lei; Ministério das Cidades - Núcleo Gestor², Capacitação³, Divisão Territorial, Reuniões Comunitárias ou Territoriais, Reuniões Setoriais (sociedade civil/entidades), Leitura Comunitária; e outros⁴. Ressalta-se que a nomenclatura adotada para os parâmetros teve como referência as terminologias e conceitos previstos na bibliografia consultada, no Estatuto da Cidade e na Resolução nº 25/2005, com adaptação dos autores. Nesta etapa, foram desconsiderados a pesquisa de Lopes (2018), que desenvolveu uma ferramenta web de

²Grupo formado por representantes do poder público e da sociedade civil que tem papel estratégico na condução, monitoramento e acompanhamento das etapas de elaboração de PD (Brasil, 2005b).

³A capacitação compreende a realização de oficinas, seminários, reuniões que têm como objetivo instruir a população quanto a importância do PD, de forma que se envolva desde o início das discussões com o conhecimento necessário para participar (Brasil, 2005b).

⁴Eventos públicos vinculados à capacitação e canais para apresentação de contribuições, tais como: realização de seminários, seminários temáticos, workshops, consulta pela internet, fóruns, aplicação de questionários e entrevistas





participação popular, PeoplePlan, a partir de análise multicritério, e o estudo de Gaio (2014) que avaliou 26 municípios da região metropolitana de Maringá, pois não descreveu a estrutura participativa por município, o que não permitiu a identificação dos parâmetros participativos.

Os dados dos parâmetros participativos foram organizados por município e respectivo porte demográfico⁵ (IBGE, 2020). As informações sistematizadas resultaram em um total de 44 municípios e 45 processos de revisão, uma vez que a cidade de Viçosa (MG) teve dois processos avaliados (Silva, 2016).

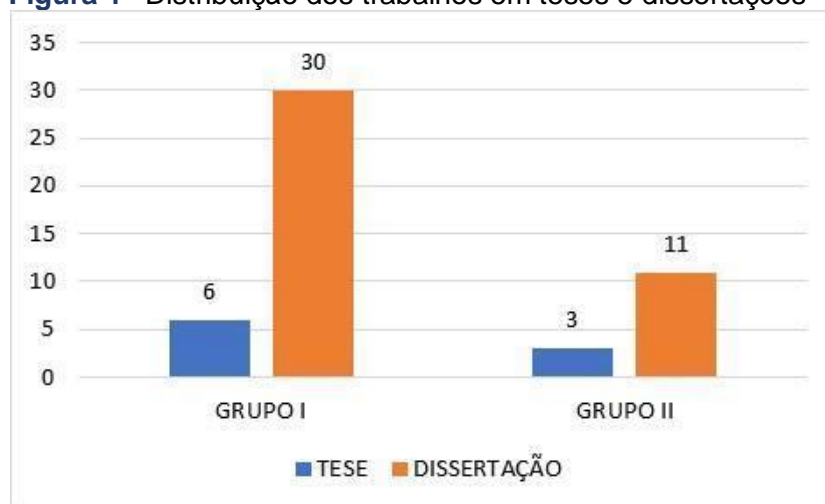
A etapa (3), de análise e síntese dos resultados, foi realizada a partir da quantificação das informações, da elaboração de gráficos e tabelas e do uso de nuvem de palavras, gerada no aplicativo wordle, que permitiu identificar a frequência dos termos utilizados como palavras-chave pelos autores.

Resultados

Os resultados desta revisão sistemática da literatura são apresentados em duas partes. Inicialmente, é realizada a caracterização geral dos 50 trabalhos selecionados e, na sequência, a análise detalhada dos estudos pertencentes ao grupo (I).

Das 50 dissertações ou teses analisadas, 72% correspondem ao tema “Elaboração/revisão de Plano Diretor Participativo” (grupo I) e 28% ao tema “Planejamento urbano sob a ótica participativa” (grupo II). Destaca-se que 41 pesquisas são trabalhos de Mestrado e 09 de Doutorado (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição dos trabalhos em teses e dissertações



Fonte: Elaboração própria (2020).

A multidisciplinariedade do tema foi identificada na análise da área de conhecimento, que demonstrou a construção do planejamento urbano como processo político, cujas ações

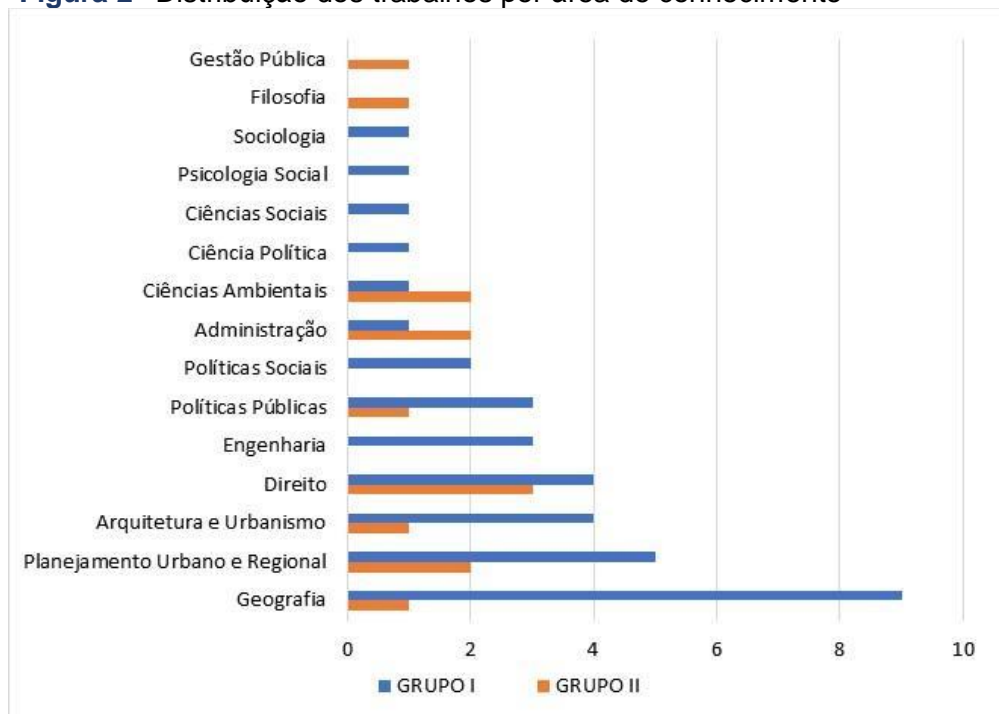
⁵O IBGE que propõe a estruturação da rede urbana brasileira e a hierarquia dos centros urbanos em 05 níveis (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros locais), tendo como unidade urbana de análise o conjunto de municípios e os arranjos populacionais (AP).





são coordenadas para o atendimento ao interesse público da cidade (Moreira, 2006 apud Silva, 2011). Dos trabalhos do grupo I 25% são da área de Geografia, que associada às áreas do Planejamento Urbano e Regional - 13,9% e da Arquitetura e Urbanismo – 11,1%, estuda as relações entre cidade, sociedade e ambiente, que compreende a construção das cidades, suas distintas configurações espaciais, a natureza e o homem (Brasil, 2001a). Por outro lado, a participação entendida como “categoria nativa da prática política de atores sociais (...), e procedimento institucionalizado com funções delimitadas por leis e disposições regimentais” (Lavalle & Vera, 2011, p. 101), envolve as disciplinas de Ciências Sociais, Ciência Política, Políticas Sociais e Sociologia com 2,77% dos estudos cada (Figura 2).

Figura 2 - Distribuição dos trabalhos por área de conhecimento



Fonte: Elaboração própria (2020).

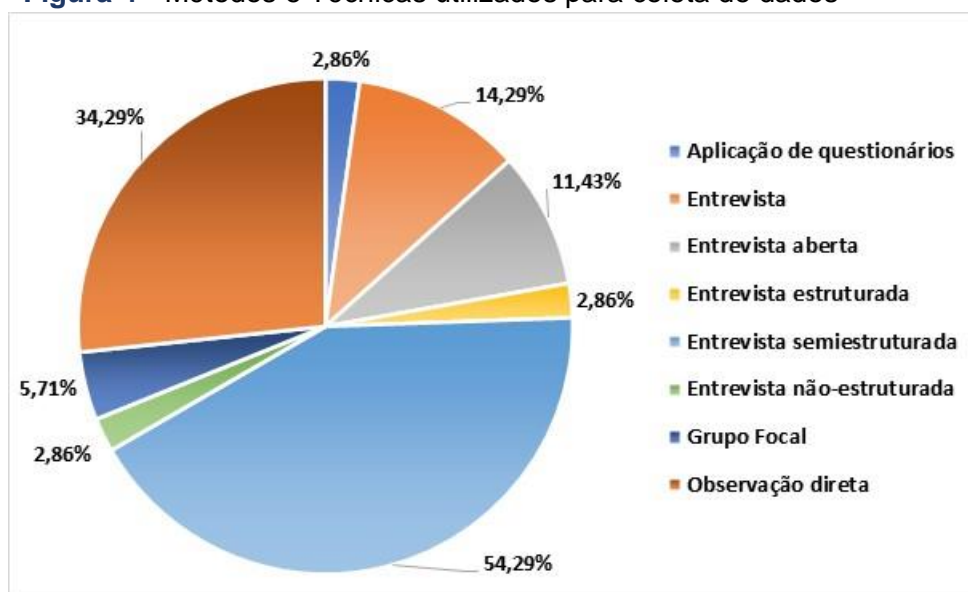
A área do Direito representou 21,4% dos estudos do grupo II (Figura 2), possui estreita relação com o tema ao abarcar o Direito Urbanístico que, segundo Colenci (2017), incorpora novo conhecimento no trato da função social da propriedade, da cidade e da vida sustentável que são princípios da legislação urbana.

As informações coletadas permitiram sistematizar as palavras-chaves mais utilizadas pelos autores (Figura 3). Quanto a frequência das palavras-chaves mais significativas, houve destaque para os termos “Plano Diretor” e ‘Planejamento Urbano”, com 15 ocorrências cada, “Participação popular”, com 10, “Gestão Democrática” e “Direito à Cidade” com 07 cada.



Em relação aos métodos e técnicas utilizados na coleta e análise de dados, verifica-se que nos processos de elaboração e revisão de PD é comum a realização de eventos públicos, uma vez que geram informações como atas, listas de presença, minutas e relatórios técnicos, com o intuito de documentar o processo e garantir transparência e acesso do conteúdo das discussões à população (Brasil, 2005a). Estes documentos se constituem como a principal fonte de dados, mas são complementados a partir de diferentes métodos e técnicas de coleta de dados como: entrevista semiestruturada - 54,29% e observação direta com 34,29% (Figura 4).

Figura 4 – Métodos e Técnicas utilizados para coleta de dados



Fonte: Elaboração própria (2020).

Outras modalidades de entrevista também foram identificadas nestas pesquisas: abertas, não-estruturada e estruturada. Assim, 85,71% aplicaram entrevistas, e o público entrevistado de forma geral foram: gestores públicos, representantes dos conselhos, das associações comunitárias e de entidades, moradores, que se envolveram no processo participativo.

No que diz respeito à análise dos dados, tem-se que a análise documental foi utilizada pela maioria dos trabalhos - 97,22%, resultado bastante coerente ao se considerar o tipo de pesquisa e fonte principal de dados. Salienta-se que os estudos de Abib (2009), Colenci (2017), Gaio (2014) e Grassi (2015) aplicaram apenas esta técnica, pois recorreram aos relatórios oficiais dos municípios ou do Governo Federal, como o Banco de experiências do extinto Ministério das Cidades. A análise por categorias foi aplicada em 27,78% dos trabalhos, Fernandes (2010) no estudo da elaboração do Plano Diretor Municipal de Cariacica (ES) e Giacomini (2017) na avaliação da revisão do Plano Diretor de Chapecó (SC), utilizaram como referencial os Indicadores de Consistência Participativa de Souza (2006) e Franzoni (2011),



que analisou a revisão do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, organizou os dados em categorias temáticas, tendo como referencial a análise de conteúdo de Bardin (1997).

A Tabela 3 apresenta o resumo dos resultados da revisão sistemática dos estudos do grupo I, cujo tema é “Elaboração/revisão de Plano Diretor Participativo (PDP)”. Ao final foram sistematizados 45 processos participativos em um universo de 44 municípios. Nota-se que 66,6% dos processos foram iniciados até 2006, o que indica uma adequação dos municípios a obrigatoriedade do Estatuto da Cidade em elaborar ou revisar os planos diretores para atender ao primeiro prazo de publicação no ano de 2006 (Brasil, 2005b). A extensão do prazo para 2008 não alterou a dinâmica de início dos processos, no entanto, permitiu que os planos já iniciados usufríssem de maior prazo, uma vez que 17 processos foram finalizados até 2006, e entre 2006 e 2008 outros 10 (células em cinza) foram finalizados. A maior parte dos processos, 35,5%, foram desenvolvidos entre dois a quatro anos, nove contaram com menos de um ano (células na cor rosa claro) e 13 com um ano. O curto prazo de realização destes processos participativos, que exigem sensibilização, capacitação e envolvimento da comunidade, pode figurar um entrave à democratização do planejamento urbano, pois é importante que o tempo de realização do processo permita a construção do plano diretor à luz de discussões, que incluam toda população nas decisões.

Além dos aspectos acima tratados, foram sistematizados 11 parâmetros participativos, 62,7% dos processos adotaram entre seis a 11 parâmetros e 37,2% menos de 6. Nenhum dos processos contou com a adoção de todos os parâmetros, justamente em função de não ter ocorrido Iniciativa Popular de Projeto de Lei. Nota-se, grande adesão às Audiências Públicas - 84,4% dos processos, Reuniões Comunitárias e Territoriais – 68,8% e a etapa de Leitura Comunitária – 66,6%. O Núcleo Gestor, que se configura como importante parâmetro, uma vez que abre a coordenação do processo ao controle social (Brasil, 2005b), foi adotado em 57,7% dos processos, assim como a etapa de capacitação, ferramenta que possibilita maior envolvimento da população, desde o início das discussões, com o conhecimento necessário para participar (Brasil, 2005b). As Conferências Municipais, que objetivam o fechamento do processo (Brasil, 2005a), figuraram em 40% dos processos, ressalta-se que a Audiência Pública pode ser adotada como evento similar à Conferência. Segundo a Resolução nº 25/2005, os órgãos Colegiados (OC) podem ser designados para a coordenação do processo de elaboração de planos diretores nas cidades onde houver Conselho das Cidades ou similar, nota-se que 8 processos contaram apenas com a participação do órgão colegiado, sem formação de Núcleo Gestor, e em outros oito, houve adoção dos dois parâmetros.

No parâmetro “outros” foram contempladas instâncias vinculadas à capacitação e canais para apresentação de contribuições. As ocorrências mais frequentes foram “oficinas” e “reuniões de capacitação” com 11 ocorrências cada, e “seminários” com nove. O uso da



consulta pela internet foi indicado em quatro processos, Chapecó (SC), Jundiá (SP), São Paulo (SP) e Recife (PE), que introduziram essa ferramenta como participação remota através de aplicativos, e-mails e sites, criando a possibilidade de contribuição àqueles que não conseguiram participar das reuniões públicas.

Segundo Magagnin (2008) diante do incentivo à participação popular no processo de planejamento da cidade, produzido pela nova política urbana brasileira, é necessário que uma maior parcela da população se envolva nas discussões para se alcançar a construção de cidades mais igualitárias, sendo demonstrado por experiências internacionais que a implementação de estratégias de participação popular por meio da internet tem ampliado o número de participantes e o envolvimento da população nos momentos de tomada de decisão.

Tabela 3– Sistematização dos parâmetros participativos dos estudos do grupo I (continua)

Autor	Local	População (2020)	Período		Ministério das Cidades					Estatuto da Cidade				O		
			I	F	NG	C	LC	DT	RT	RS	OC	AP	CP		IP	
Abib, 2009	São José (SC)	250.181	2003	- ⁶												
Aguiar, 2012	Santa Rita (PB)	137.349	2005	2006												
Almeida, 2014	Ceres (GO)	22.306	2007	2010												
	Itapuranga (GO)	25.681	2007	2007												
	Itaberá (GO) ⁷	43.622	2009	2009												
	São Luís de Montes Belos (GO)	34.157	2006	2006												
Broilo, 2019	Gramado (RS)	36.555	2013	2014												
Coelho, 2012	Florianópolis (SC)	508.826	2006	2014												
Cunha, 2013																
Franzoni, 2011																
Oliveira, 2012																
Sampaio, 2016																
Colenci, 2017	São Carlos (SP)	254.484	2011	2016												
Fernandes, 2010	Cariacica (ES)	383.917	2006	2007												
Gaspar, 2016	Contagem (MG)	668.949	2010	2011												
Giacomini, 2017	Chapecó (SC)	224.013	2013	2014												
Silva, 2014																
Grassi, 2015																
Honda, 2016	Ibiporã (PR)	55.131	2006	2008												
Maia e Araújo, 2016	São Paulo (SP)	12.325.232	2013	2014												
Lima, 2016a																
Lima, 2009	Timbaúba (PE)	52.802	2006	2006												
	Nazaré da Mata (PE)	32.573	2006	2006												
Lima, 2016b	Bambu (MG)	23.898	2005	2007												
Lopes, 2014	Araraquara (SP)	238.339	2010	2014												
Santos, 2018																

⁶O Plano Diretor Participativo de São José proposto não foi aprovado e publicado, no entanto, o processo avaliado se encerrou em 2005.

⁷Itaberá (GO) e São Luís de Montes Belos (GO) não dispunham de informações para preencher a Tabela 3.





(conclusão)

Autor	Local	População (2020)	Período		Ministério das Cidades						Estatuto da Cidade				O
			I	F	NG	C	LC	DT	RT	RS	OC	AP	CP	IP	
Machado, 2010	Fortaleza (CE)	2.686.612	2003	2009											
Matos, 2011	Paraty (RJ)	43.680	2009	2010											
Monteiro, 2017	Queimadas (PB)	44.179	2005	2007											
Passos, 2010	Remanso (BA)	41.170	2006	2007											
	Forquilha (CE)	24.452	2006	2008											
Pereira, 2011	Maracanaú (CE)	229.458	2009	2010											
Polo, 2018	Jundiá (SP)	423.006	2014	2016											
Preis, 2012	Criciúma (SC)	217.311	2002	2012											
Perioto, 2016	Ribeirão Preto (SP)	711.825	2013	2015											
Santos, 2016	Salvador (BA)	2.886.698	2014	2015											
Silva, 2016	Viçosa (MG)	79.388	2006	2007											
			2014	2015											
Silva, 2011	Goiatuba (GO)	34.202	2005	2008											
	Mineiros (GO)	68.154	2005	2008											
Silva, 2009	Recife (PE)	1.653.461	2001	2006											
Silva, 2014	Lages (SC)	157.349	2004	2007											
	Blumenau (SC)	361.855	2004	2006											
	Joinville (SC)	597.658	2005	2006											
Grassi, 2015	Araucária (PR)	146.214	2005	2005											
	Castro (PR)	71.809	2004	2005											
	Londrina (PR)	575.377	2005	2005											
	Maringá (PR)	430.157	2002	2004											
	Bagé (RS)	121.335	2001	2006											
	Pelotas (RS)	343.132	2001	2005											
	Santa Maria (RS)	283.677	2001	2005											
	São José do Norte (RS)	27.721	2006	2006											
Viamão (RS)	256.302	2006	2006												

Siglas: I – Início; F – Final; NG – Núcleo Gestor; C – Capacitação; LC – Leitura Comunitária; DT – Divisão Territorial; RT – Reuniões Comunitárias ou Territoriais; RS – Reuniões Setoriais; OC – Órgãos Colegiados; AP – Audiências Públicas; CP – Conferência Pública Municipal; IP – Iniciativa Popular de Projeto de Lei; O – Outros.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Os municípios de médio e grande porte, acima de 150 mil habitantes (células na cor verde e amarelo, respectivamente) Tabela 3, apresentaram estrutura participativa mais completa. Os parâmetros extraídos com base a metodologia do Ministério das Cidades foram aplicados com regularidade, com exceção dos municípios de Araraquara (SP), São Carlos (SP), Maracáuna (CE), Ribeirão Preto (SP), Recife (PE), Maringá (PR), Pelotas (RS) e Santa Maria (RS). Quanto aos instrumentos do Estatuto da Cidade, a associação dos três foi observado nos municípios de Araraquara (SP), Chapecó (SC), São Paulo (SP) e Recife (PE). As cidades menores com menos de 150 mil habitantes, também adotaram os parâmetros participativos, e da mesma forma priorizaram a metodologia do Ministério das Cidades, provavelmente em função do envolvimento de estruturas do órgão federal à época no



acompanhamento dos processos de implementação dos Planos Diretores Participativos. De forma geral a estrutura dos processos participativos seguiu o rito metodológico do órgão federal e a legislação, entretanto, esta constatação não permite afirmar que os processos participativos foram efetivos.

Os resultados dos estudos demonstram os avanços, as potencialidades e as dificuldades dos processos participativos (Tabela 4). Quanto às principais dificuldades estão a desestruturação da participação com discussões apenas no executivo municipal (item 1 – Tabela 4), o uso de linguagem especializada nas reuniões públicas que reduziram a apropriação da população (item 2 – Tabela 4), o descompromisso do poder público com o processo participativo que o encara como mera formalidade (item 4 – Tabela 4) e a força do setor econômico perante o processo (item 5 – Tabela 4).

Os avanços e as potencialidades apontados foram muitos, como: a continuidade da participação na gestão para além da elaboração/revisão dos planos diretores (itens 8, 11 e 13 – Tabela 4), o processo de superação da mentalidade conservadora em voga no planejamento urbano (itens 6, 9, 10, 12 e 14 – Tabela 4), a participação como produtora de cidadania e conhecimento das problemáticas da cidade (itens 7, 14 e 15- Tabela 4).

Tabela 4 – Sistematização dos principais resultados dos estudos (continua)

Tipo	Nº	Resultados
Dificuldades	1	Rompimento com a participação da população concentrando a discussão no executivo.
	2	As reuniões públicas, que objetivavam a garantia da participação, não produziram esse efeito em função da linguagem utilizada.
	3	Falta de capacitação da população sobre questões de cidadania, planejamento urbano e questões relativas à Plano Diretor.
	4	Processo participativo encarado pelo poder público como mero requisito formal para cumprimento da exigência do EC.
	5	Fragilidade da agenda participativa diante do setor econômico, com manutenção do viés voltado ao capital, aos modelos de privilégio, clientelismo e lobby, em detrimento à função social da propriedade.
Potencialidades	6	A democratização da gestão urbana pode possibilitar a superação da visão tecnicista e despolitizada dos planos tradicionais e a concretização de PD participativos.
	7	O caráter pedagógico dos processos participativos, juntamente com o sentimento de pertencimento despertado pelo exercício da cidadania, contribui para o fortalecimento dos laços de solidariedade na construção do bem comum.
	8	O fomento do controle social por meio do fortalecimento das instâncias de participação de caráter permanente, como os conselhos, mantendo assim a mobilização das pessoas, capacitação das cidadanias e enriquecimento dos debates decisórios.
Avanços	9	A participação proporcionou enriquecimento à disciplina de “planejamento urbano” com a inserção de perspectiva transdisciplinar.
	10	A representatividade das diferentes partes da cidade possibilitou a superação do desenho institucional de simples ratificação pública, para um desenho mais representativo, aumentando o “peso” da sociedade na condução política do processo.
	11	A tradição participativa de algumas comunidades, o conhecimento sobre o assunto e das demandas comum, estabeleceu uma participação mais organizada.
	12	A criação de espaços de participação evidenciou interesses, deu visibilidade a conflitos e viabilizou embates entre distintas representações das populações locais, aspecto importante na construção de cidades mais justas.
	13	A Inclusão institucionalizada da população nos processos de planejamento e gestão colocada os Planos Diretores como ponto de partida para novas práticas





(Conclusão)

		participativas.
	14	Desenvolvimento de fatores produtivos como capital social, contribuiu para estimular um cenário de mudança social alicerçada no indivíduo e sua ação coletiva.
	15	A metodologia participativa agrega novos significados no planejamento da cidade, como disputa de interesses, direito à cidade, proteção da qualidade de vida.

Fonte: Elaboração própria (2020).

As novas regras do ordenamento jurídico-urbanístico brasileiro tornaram obrigatória a participação da população, que passa a ter relevante papel na discussão, elaboração /revisão e implementação dos planos diretores (Aguiar, 2012). No entanto, apesar da regulamentação dos parâmetros participativos para instrumentalizar os municípios, a Tabela 4 demonstra que a simples adoção destes parâmetros não garante a qualidade participativa desejada pela lei, ao mesmo tempo em que apontou avanços e potencialidades que podem reorientar as experiências participativas na busca por maior efetividade.

Conclusões

O foco desta revisão sistemática foi levantar e analisar as pesquisas acadêmicas que tratavam do tema “participação popular nos planos diretores do Brasil”; compreender as experiências participativas ocorridas nos municípios brasileiros e sua estrutura; as principais dificuldades enfrentadas, os avanços alcançados e suas potencialidades diante da inserção da participação popular no planejamento urbano alterando a dinâmica de elaboração ou revisão dos planos diretores. O estudo permitiu avaliar diferentes variáveis, dentre elas os parâmetros participativos que estruturaram tais experiências.

A pesquisa apontou uma multidisciplinariedade do tema o que atrai diferentes áreas de conhecimento para sua investigação ao somar o caráter técnico do planejamento e gestão urbana aos aspectos sociais, políticos e legais que permeiam as experiências participativas, associados à Geografia, ao Planejamento Urbano e Regional e à Arquitetura e Urbanismo outras disciplinas como Ciência Política, Sociologia, Políticas Públicas, Políticas Sociais. O campo do Direito, por sua vez, incorpora o Direito Urbanístico, que se configura como novo conhecimento no trato da função social da propriedade, da cidade e da vida sustentável, que são princípios da legislação urbana brasileira.

Observa-se que a maior parte dos processos de elaboração/revisão de Plano Diretor Participativo foram iniciados em 2006, no intuito de atender ao primeiro prazo de publicação definido pelo Estatuto da Cidade, o que ocasionou a elaboração de planos em período menor que um ano. Essa situação constitui um entrave à democratização do planejamento, pois é importante que o tempo de realização do processo permita a construção do plano diretor à luz de discussões, que incluam toda população nas decisões.

Em relação aos parâmetros participativos, observou-se grande apropriação por parte dos municípios, com peso maior ao conjunto de ferramentas propostas pelo Ministério das



Cidades. O parâmetro mais utilizado foi o da Audiência Pública, definida na Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) como instrumento de democratização da gestão urbana, seguida das reuniões comunitárias e territoriais, e etapa de leitura comunitária. No entanto, esta constatação não permite afirmar que os processos participativos foram efetivos, ao contrário, a síntese dos resultados dos trabalhos acadêmicos demonstrou situações que enfraqueceram o processo participativo. Por outro lado, a pesquisa apontou que as experiências participativas alcançaram importantes avanços que precisam ser mantidos, bem como potencialidades a serem consolidadas e consideradas na reorientação dos processos participativos.

Por fim, as variáveis avaliadas neste artigo não esgotam o debate acerca do tema, a inserção das instâncias de participação no planejamento e gestão urbana é uma realidade, e o conhecimento de questões como as identificadas nos trabalhos avaliados possibilita o aprimoramento das experiências participativas de formulação e implementação de Planos Diretores, visando a construção de cidades mais justas, equânimes, sustentáveis e efetivamente democráticas.

Referências

- Abib, S. W. (2009). Participação popular no planejamento urbano: uma construção teórico-metodológica. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Aguiar, J. A. dos A. (2012). A participação social no processo de planejamento urbano: um estudo sobre o Plano Diretor Participativo do município de Santa Rita- PB. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Almeida, R. R. de (2014). *Planejamento e gestão urbanos e a participação popular: as possibilidades de contribuição da escola e da educação geográfica*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil. (2001a). *Parecer CNE/CES 492/2001, que estabelece diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*. publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Brasília. Seção 1e, p. 50.
- Brasil. (2001b). *Lei n. 10.257, 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Brasil. (2004). *Resolução nº 15 de 03 de setembro de 2004 do Conselho das Cidades*. DOU Seção 1, Brasília. Edição 187 Pág. 103.
- Brasil. (2005a). *Resolução nº 25 de 18 de março de 2005 do Conselho das Cidades*. DOU Seção 1, Brasília. Edição Nº 60 Pág. 102.



- Brasil. (2005b). *Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos*. Coordenação geral Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro – Brasília: Ministério das Cidades. Confea. 2ª Edição
- Broilo, F. R. (2019). *Planejamento urbano e linguagem: conhecer para participar - a experiência de Gramado/RS*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Federal do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Coelho, K. da S. (2012). *A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Colenci, P. L. (2017). *Plano Diretor municipal e participação popular contributiva avaliados por um modelo integrador*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Cunha, L. F. (2013). *A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Fernandes, F. P. (2010). *Participação popular e Plano Diretor Municipal (PDM): estudo de caso de Cariacica - Região Metropolitana de Vitória - ES*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Figueirêdo, T. A. de. (2014). *O Ministério Público e o Plano Diretor: propostas de acompanhamento sob a perspectiva da democracia participativa*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Franzoni, C. B. (2011). *Apropriação do conhecimento comunitário no processo de elaboração de Planos Diretores Participativos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Gaio, A. de S. R. (2014). *A gestão democrática na elaboração e implementação do Plano Diretor em municípios da região metropolitana de Maringá*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Gaspar, F. de F. (2016). *Gestão democrática e participação popular: a construção de sujeitos e a busca pelo Direito à Cidade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Giacomini, Q. R. (2017). *Consistência da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Chapecó-SC*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Comunitária da Região de Chapecó]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Góis, R. A. D. (2018). *Planejamento e participação: o caso da LUOS 2016 e do Fortaleza 2040*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Gough, D.; Thomas, J.; & Oliver, S. (2012). *Clarifying differences between review designs and methods*. *Systematic reviews*, v. 1 (n. 1), p. 1. doi: <http://dx.doi.org/10.1186/2046-4053-1-28>.



- Goulart, J. O. ; Terci, E. T. ; & Otero, E. V. (2017). *Desenvolvimento e planejamento urbano em cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Grassi, K. (2015). *O regime legal das audiências públicas na gestão democrática urbana: análise crítica da legislação com aporte do banco de experiências dos Planos Diretores Participativos do sul do Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Honda, L. Q. N. (2016). *Avaliação do Plano Diretor Municipal - da elaboração à aplicação - a experiência do Município de Ibiporã/PR*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Regiões de influência das cidades - REGIC - 2018*. Rio de Janeiro.
- Kitchenham, B. (2004). *Procedures for Performing Systematic Reviews*. <http://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kitchenham.pdf>
- Lavalle, A. G.; & Vera, E. I. (2011). A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. *Lua Nova*, n. 84, p. 95-139.
- Lima, F. M. A. (2016). *Algumas condições de possibilidade de efetividade da participação na revisão do Plano Diretor paulistano (2013-2014)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Lima, J. R. de. (2009). *Percursos do conflito: os (des)caminhos da metodologia participativa dos Planos Diretores dos municípios da Zona da Mata Norte de Pernambuco*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Lima, W. G. (2016). *Plano Diretor Participativo de Bambuí-MG: uma análise de sua elaboração sob a ótica da cidadania deliberativa e da gestão social*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Lopes, M. G. (2014). *Instituições participativas: audiências públicas para revisão do Plano Diretor no município de Araraquara*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Lopes, M. L. (2018). *PeoplePlan, ferramenta de apoio à espacialização da opinião e demandas da população no processo de planejamento*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Machado, E. G. (2010). *Planejamento urbano, democracia e participação popular: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003-2008)*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Maia, C. B.; & Araujo, T. L. de. (2016) *Que impactos esperar da participação na elaboração de políticas públicas? Proposta de um conjunto de critérios para avaliar o processo participativo do Plano Diretor de São Paulo*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Magagnin, R. C. (2008) *Um sistema de suporte à decisão na internet para o planejamento da mobilidade urbana*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.





- Mansueti, C. F. (2016). *Gestão democrática no planejamento urbano: os conselhos municipais – doutrina e práticas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Federal do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Marques, S. D. (2012). A efetividade da gestão democrática das cidades nas Zonas Especiais de Interesse Social. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Matos, A. B. (2011). *Direito à Cidade, Plano Diretor e gestão participativa: o caso-referência de Paraty*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Maricato, E. (2012). *O impasse da política urbana no Brasil*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Monteiro, M. L. (2017). *Leituras e desafios de pensar a participação na elaboração do Plano Diretor do município de Queimadas (PB)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Paraíba]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Muianga, E. A. D.; Granja, A. D.; & Ruiz, J. de A. (2015). Desvios de custos e prazos em empreendimentos da construção civil: categorização e fatores de influência. *Ambiente Construído (Online)*, Porto Alegre, v. 15 (n. 1), p. 79-97.
- Oliveira, T. C. R. de. (2012). *Aspecto comunicativo do processo de elaboração de planos diretores: lições a partir da experiência de Florianópolis - SC*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Passos, L. A. dos. (2010). *Planejamento urbano e participação da população: labirinto democrático?*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Paste, J. L. (2018). *Participação social na gestão e na configuração territorial de Vitória - 1985 a 2014*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Pereira, A. P. da S. (2011). *O projeto de revisão do Plano Diretor de Maracanaú – CE: experiência de participação popular?* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Perioto, J. N. (2016). *A participação popular na elaboração e revisão dos Planos Diretores: um estudo sobre a elaboração do projeto de lei da segunda revisão do Plano Diretor do Município de Ribeirão Preto, São Paulo*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Polo, D. R. (2018). A dimensão subjetiva do processo participativo no planejamento da cidade: o caso do Plano Diretor Participativo de Jundiaí-SP. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Preis, E. (2012). Plano Diretor Participativo de Criciúma/SC: uma década de conflitos. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Sampaio, J. B. (2016). *Florianópolis no processo de elaboração de seu Plano Diretor Participativo, entre 2006 e 2014: um território em disputa*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.



- Santos, M. H. de S. (2018). *Análise da revisão do Plano Diretor de Araraquara SP (2014): em discussão o papel do Legislativo e os pilares da participação no planejamento urbano*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Santos, R. C. (2016). *Quem participa?: participação popular e direito à cidade: um estudo de caso do Plano Salvador 500*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel (2001). *Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana*. São Paulo: Polis.
- SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina (2011). A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (ed.). *Ciudades para tod@s: por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias*. Santiago de Chile: Habitat International Coalition. 2. ed. p. 259-270.
- Silva, J. L. M. da. (2016). *Entre a cidade ideal e a cidade real: limites e potencialidades dos processos de participação social nas revisões do Plano Diretor do município de Viçosa-MG*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Silva, P. C. da. (2011). *Participação popular no planejamento das cidades: o programa Cidade pra Gente nos municípios de Goiatuba e Mineiros*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Silva, R. M. M. (2009). *Plano Diretor Municipal: a governança no processo de revisão do Plano Diretor do Recife*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.
- Silva, S. D. M. da. (2014). *O papel do poder público local nos processos participativos de planos diretores em Santa Catarina*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Brasileira de teses e dissertações.